

# Planejamento e Gestão da Política para IST/Aids



Treinamento de novos coordenadores municipais DST/Aids

A área de Planejamento foi criada em 2002 para assessorar a Coordenação Estadual DST/Aids (CE DST/Aids-SP) na gestão e planejamento das ações em IST/Aids no Estado de São Paulo, no âmbito do SUS e na articulação com a sociedade civil. A razão da existência da Gerência de Planejamento é auxiliar na qualificação da gestão da resposta do Estado de São Paulo às IST/Aids, por meio do apoio às gerências do CRT DST/Aids, aos 145 Programas Municipais de IST/Aids (PM IST/Aids), aos 27 Grupos Vigilância Epidemiológica Regionais (GVE) da Secretaria de Estado da Saúde e às Organizações Não Governamentais (ONG), tendo a promoção da cultura do Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PM&A) e da participação social, como norteadora das suas ações.

Atualmente, o Programa Estadual de DST/Aids-SP conta com o Fórum de Dirigentes para

o aprimoramento das políticas de Estado para as IST/aids. O Fórum de Dirigentes é formado pelos PM IST/Aids, GVE, representantes da sociedade civil organizada e parceiros estratégicos de demais secretarias de Estado e ocorre anualmente. Conta ainda com uma instância intermediária, a Comissão de Gestão Participativa (Cogespa) com representações regionais de municípios, sociedade civil e interlocutores dos GVE. “Esses mecanismos permitem uma gestão articulada e aberta na formulação e viabilização das grandes linhas de ação desenvolvidas no Estado”, explica a gerente de Planejamento, Vilma Cervantes.

A resposta brasileira e paulista às IST/Aids teve importantes diferenciais desde a sua estruturação, sendo um deles relativo aos processos de planejamento, monitoramento e avaliação (PM&A).

Desde a implantação do programa brasileiro para as IST/Aids (1985), o Ministério

da Saúde, fez um grande investimento em formação dos profissionais no campo do PM&A. Diferentes metodologias, em diferentes momentos, levaram estes atores a transitarem com relativa familiaridade pela linguagem do PM&A.

Quando o Brasil realizou o primeiro acordo de empréstimo com o Banco Mundial (1994-1998) para organização da resposta à epidemia que se manifestava, fazia parte do escopo das atribuições, a necessidade de elaboração de Planos Operativos Anuais (POA), demonstrando as prioridades nacionais e a utilização dos recursos financeiros.

Esta necessidade apontada acabou impulsionando os profissionais que estavam na gestão em IST/aids a buscarem conhecimento e construir uma cultura de PM&A.

Nos anos de 1990, vários métodos e conceitos de PM&A se alternaram nas mentes e práticas dos profissionais que procuravam qualificar a resposta, de acordo com os desafios apresentados pela epidemia.

Durante os anos 2000, houve um importante investimento no alinhamento de conceitos de PM&A, resultado da parceria do Ministério da Saúde com o Centro de Controle e Prevenção de Doenças do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos (CDC) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Foram definidos cinco sítios de excelência em PM&A no país, sendo um desses, Coordenação Estadual de IST/Aids (CE DST/Aids-SP). Neste processo foram capacitados profissionais, por meio de curso específico de curta duração, curso de especialização e mestrado profissional. Houve

contratação de consultoria pontual para aprimorar processos de monitoramento nos sítios, além da aquisição de equipamentos e do estabelecimento de parcerias com centros americanos com acúmulo de experiências satisfatórias em monitoramento.

A Gerência de Planejamento é o lócus da CE DST/Aids-SP para a promoção da cultura do PM&A, qualificando a assessoria aos PM IST/Aids e GVE, quanto aos processos de planejamento, monitoramento e avaliação da gestão local ou regional da resposta as IST/Aids, como por exemplo:

- O suporte na revisão e monitoramento da Programação Anual de Metas (PAM), que se apresenta como o detalhamento do conjunto de ações das etapas do Contínuo do Cuidado em IST/Aids e a sua aplicação financeira dos recursos federal e municipal, com vistas a viabilização da política municipal do SUS para as IST/aids;
- O monitoramento do Plano Estratégico (PE DST/Aids), que é uma ferramenta potencializadora de ações estratégicas para melhoria dos indicadores de IST/HIV/aids. O plano é um conjunto de compromissos acordado com os atores governamentais e da sociedade civil, comprometidos com a resposta paulista às IST/aids;
- Apoio aos processos para Consolidação da Rede de Cuidados em IST/aids e Hepatites Virais (RC) junto às Regiões de Saúde;
- Participação na construção do Plano Diretor da Vigilância em Saúde do Estado de São Paulo. Devido ao aprimoramento contínuo do Sistema Único de Saúde (SUS) e

às ameaças constantes ao seu funcionamento, acreditamos que a cultura do PM&A que foi instituída para a resposta às IST/aids, tem contribuído de forma importante para a manutenção de estratégias de sucesso e abandono de outras que se mostraram equivocadas.

Dessa forma a Gerência de Planejamento passou a ser a referência do PE IST/Aids para o PM&A, apoiando os municípios, GVE e a sociedade civil na construção e manutenção dos seus planejamentos para atender aos desafios impostos pelas IST/aids à gestão do Estado, nesses mais de 20 anos de atuação.

### **CURSO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO PARA NOVOS COORDENADORES MUNICIPAIS DE IST/AIDS**

O Programa Estadual de IST/Aids de São Paulo é formado pelo CRT DST/Aids-SP, os 145 programas municipais IST/Aids, os 27 grupos de vigilância epidemiológica e a sociedade civil organizada, coordenados pela CE IST/Aids. Em 2009, A CE/IST/Aids deparou-se com um grande desafio que foi a nomeação de novos coordenadores municipais de PM IST/Aids devido à eleição de novos prefeitos. Muito frequentemente, esses prefeitos chegam à nova gestão sem conhecimentos prévios da política do SUS para as IST/aids.

Diante desta situação, abriram-se várias discussões sobre qual seria a melhor estratégia para a continuidade da resposta de forma positiva no Estado considerando-se o conjunto das ações desenvolvidas por instituições governamentais e não governamentais.

A atual composição do PE DST/Aids-SP, se deu após a criação da política de incentivo às IST/Aids (Portaria Ministerial 2.313/2002), com a destinação de recursos financeiros para incrementar a capacidade de resposta a epidemia. Nessa época elaboraram-se capacitações a profissionais dos 145 municípios e interlocutores regionais, voltadas à formação e ao desenvolvimento desses profissionais fortalecendo o aperfeiçoamento da gestão pública para as IST/aids. A disseminação da informação técnica e política foi primordial para o avanço nos dados alcançados pelo Estado.

Para superar o desafio das constantes mudanças nas prefeituras e coordenadores regionais foi criado um curso para novos coordenadores em 2009, utilizando-se a educação e multiplicação do conhecimento como estratégia de fortalecimento e processo permanente de formação, da atenção, de qualificação da gestão e formulação de políticas públicas.

Após a definição da estratégia, foi criada uma proposta de formação baseada no modelo de gestão participativa da CE DST/Aids-SP.

O curso utiliza a metodologia ativa e educação de pares, sendo que os coordenadores de turma e facilitadores são coordenadores de PM DST/Aids com maior tempo de experiência na gestão. Essa metodologia, envolvendo esses profissionais que estão no mesmo cenário municipal facilita a troca de experiências, estabelece um diálogo mais aberto e valoriza a experiência acumulada dos mais antigos.

O curso tem como objetivo geral: subsidiar a elaboração do processo de

planejamento local, por meio da qualificação profissional dos novos coordenadores de PM DST/Aids-SP, promovendo conhecimentos e habilidades em Gestão e Planejamento. Os objetivos específicos são: apresentar as políticas públicas de saúde, os novos marcos legais do SUS e suas implicações na política de IST/aids; oferecer subsídios para a compreensão do perfil epidemiológico das IST/aids e da organização e funcionamento do SUS; contribuir para a reflexão crítica dos principais desafios da política de IST/aids e à implementação do Plano Estratégico e das PAM; subsidiar a construção de estratégias e metas para o enfrentamento dos problemas prioritários para o período; apoiar na elaboração de ações e no processo de monitoramento e avaliação do alcance das metas; contribuir para os processos de articulação com organizações da sociedade civil, visando o fomento do controle social na formulação e acompanhamento das políticas públicas.

O curso possui dois módulos, sendo que o primeiro aborda aspectos mais gerais de gestão, PM&A e participação social. O segundo módulo contempla as etapas do cuidado contínuo, iniciando pela promoção da saúde. Desde a primeira edição foi criado um município fictício “Juracema do Norte” com as características do seu território e dados epidemiológicos para a construção e apoio às atividades. A programação também conta com palestrantes externos, especialistas em conteúdos específicos, e técnicos da CE DST/Aids-SP.

Hoje já estamos na terceira edição do curso, sendo a primeira em 2009, a segunda em 2013 e terceira finalizada em setembro de 2018.

Até o presente momento foram formados 189 profissionais, sendo 167 coordenadores municipais de PM IST/Aids, 12 interlocutores de GVE e 10 integrantes da sociedade civil organizada.

A cada edição há um enorme desafio para todos, mediante o número cada vez menor de profissionais em cada departamento, sejam estaduais ou municipais. Ainda assim podemos concluir que apostar na Educação como melhor estratégia para fortalecer a resposta no Estado tem sido acertada.

## COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

### Cooperação Trilateral Brasil, Japão e Moçambique para a Qualificação e Descentralização da Resposta ao HIV/Aids nas Províncias de Gaza e Nampula – Moçambique

Moçambique está entre os dez países mais afetado pela epidemia do HIV/aids no mundo, o que pode ameaçar o seu futuro econômico e social. Em algumas regiões do país, mais de um quarto dos adultos estão infectados pelo HIV e estima-se que aproximadamente um milhão e meio de moçambicanos vivem com o vírus, onde cerca de 800 mil são mulheres e cerca de 200 mil são crianças. A prevalência do HIV/aids entre os moçambicanos adultos de 15-49 anos é de 13,2 %, sendo que a prevalência entre as mulheres (15,4%) desta mesma faixa etária é superior à prevalência entre os homens (10,1%) (IMASIDA, 2015). A província de Gaza possui a maior prevalência de aids do país: 24,4% e Nampula 5,7%. Desde 2013, a CE IST/Aids-SP, a convite da Agência Japonesa de Cooperação Internacional –JICA, colaborou no processo de descentralização

da resposta ao HIV/aids em Moçambique, por meio de capacitações e incentivo a cultura de PM&A. Estas capacitações foram realizadas em cursos e visitas monitoradas a serviços e projetos governamentais e não governamentais no Brasil.

A partir de 2016, esta colaboração foi institucionalizada por meio do Projeto de Cooperação Trilateral Brasil, Japão e Moçambique, sendo a CE IST/Aids-SP responsável pelo desenvolvimento das ações do projeto pelo governo brasileiro.

Na perspectiva de fortalecimento da gestão para o processo de descentralização da resposta no país, A CE IST/Aids-SP capacitou em PM&A 24 profissionais e gestores do governo e lideranças da sociedade civil na Província de Gaza, região sul do país. Destes profissionais, 11 destacaram-se como multiplicadores, capacitando inicialmente 291 técnicos em 12 Distritos e 3 Províncias. Três dos profissionais foram destacados para apoiar o processo de formação na Província de Nampula, no norte do país, onde foram capacitados 82 profissionais, gestores e participantes de ONG em PM&A, ampliando a capacidade de descentralização da resposta no norte de Moçambique.

Como lições aprendidas percebemos que a participação de dirigentes locais nas capacitações ampliou a divulgação e articulação entre os gestores, viabilizando as estratégias propostas pelos profissionais após a participação no processo. Da mesma forma, os multiplicadores foram reconhecidos por seus pares e coordenadores como lideranças aptas para qualificar a resposta ao HIV.

A articulação entre os vários atores, somando saberes e diferentes culturas, demonstrou a grande potencialidade de cooperações trilaterais. O grupo de multiplicadores, se reconhecendo como tal, propõe a criação de referências regionais.

Após esta formação de um grupo no sul e outro no norte do país, a intenção é capacitar uma província no centro estabelecendo-se referências regionais de trabalho contínuo e articulado, com objetivo de qualificar a gestão para a descentralização da resposta ao HIV/aids em Moçambique.

## **O RECONHECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL COMO FATOR ESTRATÉGICO PARA A RESPOSTA PAULISTA**

No início da epidemia, a população mais vulnerável ao HIV/aids era constituída por homossexuais masculinos. Impulsionados pela vivência ampliada do estigma e do preconceito que os afetava, os homossexuais protagonizaram a luta por uma resposta governamental para o enfrentamento da epidemia e, por meio de ampla mobilização e ativismo político, criaram estratégias inovadoras no âmbito da prevenção, lutaram por respostas terapêuticas, pela defesa dos direitos humanos, da livre orientação sexual, cidadania e, principalmente, ressignificaram e reacenderam o sentido da palavra “solidariedade”.

Programas e projetos governamentais e das ONG voltados para a prevenção do HIV/aids, promoção dos direitos humanos das pessoas vivendo com HIV/aids (PVHA)

e populações mais vulneráveis, foram implantados para responder aos desafios impostos pela epidemia. Em 1985, foi criado o GAPA BR/SP – Grupo de Apoio à Prevenção à Aids, inaugurando o movimento social de luta contra a aids, que foi se constituindo com o surgimento de outros coletivos sociais como: Fórum de ONG/Aids de São Paulo, RNP+ - Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids, MNCP - Movimento Nacional das Cidadãs Positivas, Fórum Paulista LGBT, Rede de Jovens SP+, além de outras ONG e fóruns de travestis, mulheres e homens transexuais.

A construção e sistematização do trabalho de articulação entre governo e ONG no Estado de São Paulo se consolidaram em 2000, com a constituição do Núcleo de Articulação com a Sociedade Civil e o Grupo Técnico Assessor para a Articulação entre OG/ONG (GT OG/ONG). Nesse ano existiam aproximadamente 300 ONG realizando ações para o enfrentamento da epidemia. Com isso surgiu a necessidade de se participar do acompanhamento desses trabalhos, em especial as ações financiadas com recursos do Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de DST/Aids, atual Departamento de IST/Aids e Hepatites Virais.

O Núcleo de Articulação com a Sociedade Civil tem como missão assessorar a CE IST/Aids e as áreas técnicas do CRT DST/Aids na articulação com as ONG e demais organizações estratégicas para a efetivação da política pública para as IST/AIDS no âmbito do Estado de São Paulo; apoiar as ações para o fortalecimento técnico e político da resposta social à epidemia de aids; e, contribuir com as

ações que visam reduzir a discriminação e o preconceito das pessoas que vivem com HIV/aids (PVHA) e demais populações vulneráveis a IST/aids.

Por sua vez, o GT OG/ONG é composto por representantes de PM – IST/Aids, GVE, Fórum de ONG/Aids, Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/aids (RNP), Movimento Nacional das Cidadãs Positivas (MNCP), Aliança Paulista LGBT (antigo Fórum Paulista LGBT), CE DST/Aids (Núcleo de Projeto de ONG (NPO) e o Núcleo de Articulação com a Sociedade Civil. O grupo participa ativamente dos processos de fortalecimento da articulação entre governo e sociedade civil, direitos humanos e da política estadual de apoio/financiamento da sociedade civil organizada.

Desde o estabelecimento do Acordo de Empréstimo entre o Brasil e o Banco Mundial, cerca de 10% dos recursos financeiros eram destinados ao apoio/financiamento da sociedade civil. Essa porcentagem continuou preservada na política de incentivo para as IST/Aids (Portaria Ministerial nº 2.313 de 19/12/2002) e, atualmente continua sendo viabilizada pelas Deliberação CIB nº 96 de 13/12/2017, Portaria nº 418 de 23/02/2018 e Portaria de Consolidação do SUS nº 6 GM/MS de 28/09/2017 (Artigos nº 522 a 534). O Estado de São Paulo foi um dos poucos entes federados que conseguiu assegurar em resolução de Comissão Bipartite, o apoio/financiamento da sociedade civil.

Ao todo, os processos de seleção pública de projetos de IST/Aids apresentados por ONG, realizados desde o ano 2002 já envolveu a apresentação de mais de mil projetos.

Destes, foram selecionados cerca de 800 projetos. O processo de seleção é aberto, com a publicação de um Edital no “Diário Oficial do Estado” e amplamente divulgado. A seleção dos projetos a serem financiados é realizada por um Comitê Seletivo Externo de Especialistas, indicado pelos integrantes do GT OG/ONG, onde os diferentes olhares se somam, resultando em ações criativas e efetivas frente às necessidades cotidianas trazidas pela resposta a ser dada à epidemia no Estado. Além desses, foram apoiados projetos para fortalecimento e sustentabilidade de fóruns e redes e da Casa de Apoio Sol Nascente II, do município de Lagoinha. “Ao longo do período, o GT OG/ONG vem assumindo uma perspectiva mais ampla, com a incorporação de discussões sobre temas relacionados à melhoria da articulação entre governo e sociedade civil organizada. Além disso, tem sido um espaço democrático de criação, onde diferentes olhares se somam, resultando em ações criativas e efetivas frente às necessidades da população que vive com IST/aids”

Além dos projetos apoiados/financiados, a CE IST/Aids elabora e monitora a Proposta

Anual de Financiamento para Casas de Apoio para crianças, adolescentes e adultos vivendo com HIV/aids. O financiamento público dessas instituições é oriundo dos recursos proveniente da Portaria Consolidação do SUS nº 6/2017 (Artigos 522 a 534), que são pactuados na Comissão Intergestora Bipartite (CIB). A Secretaria de Estado da Saúde, também cria um incentivo específico para apoiar essas instituições no abrigamento com qualidade das PVHA abrigadas em Casas de Apoio tipo II (Resolução SS – 133/2014 e Resolução SS – 48/2017), que prevê o incentivo de R\$ 600,00 por acomodação. Atualmente, temos 08 casas de apoio de adultos tipo I, 10 de adultos tipo II, 05 de crianças e 01 de jovens vivendo com HIV/aids, distribuídas em 13 municípios.

A construção coletiva de políticas públicas com o envolvimento de diversos atores enriquece o processo de trabalho, tornando-o mais legítimo e viabilizando a participação social, na medida em que a sociedade civil organizada participa ativamente das suas propostas e do seu controle social.

